

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 953

Suspensa a Greve

Servidores começam a negociar dias parados com os Tribunais

A Reunião Ampliada da Fenajufe realizada no último sábado resolveu aprovar o indicativo de suspensão da Greve e retomada da mobilização em agosto. A decisão foi tomada a partir da constatação que neste período dificilmente conseguiremos avanços devido ao recesso do Congresso.

Nas avaliações ficou clara a responsabilidade do presidente do STF que, ao contrário de representar com firmeza os interesses do Judiciário frente ao Executivo, pouco ou nada tem feito pela aprovação do PCS. Ao mesmo tempo, o governo é responsável pelas dificuldades impostas ao andamento do projeto, insistindo na política de evitar gastos com servidores. Dia primeiro de agosto, os servidores se reunirão novamente em Brasília para planejar a retomada da mobilização no segundo semestre. Ficou marcado, desde já, um Apagão do Judiciário para o dia 4 de agosto.

Os Sindicatos já começaram a negociar os dias parados. Em SC, o Presidente do TRT, Gilmar Cavalieri, e seu vice, Gerson Taboada, insistem na compensação hora por hora, proposta rejeitada por unanimidade pela Assembleia, e já mandaram efetuar descontos na próxima folha. O SINTRAJUSC está ajuizando ação judicial visando reverter o desconto e vai levar o assunto à consideração do Pleno. O rompimento das negociações por

parte do TRT, caracterizado pelo ato unilateral de cortar os salários dos grevistas, quebra uma política de negociação de quase uma década e conduz os conflitos internos existentes em grande quantidade para fora do Tribunal. Na Assembleia de amanhã discutiremos uma série de ações a serem tomadas, transferindo pautas da mesa de negociações rompida pelo TRT para outros campos como Justiça Federal, TCU, Ministério Público etc.

O Sindicato e o Comando de Greve alertam mais uma vez os grevistas para não se precipitarem, em especial quanto ao prazo administrativo (até hoje) dado pelo TRT para acordos individuais de compensação de horas.

O TRT tenta pressionar os servidores a aderirem à sua proposta ante a ameaça de desconto dos salários. Lembramos que decisões judiciais como a que estamos buscando obrigam de imediato o TRT a restituir os salários cortados, independentemente de dificuldades técnicas eventualmente alegadas.

A Assembleia de amanhã é fundamental para avaliarmos o curso dos acontecimentos e prepararmos os próximos passos da luta, em especial no TRT. Na Justiça Federal e na Eleitoral, não haverá descontos nem compensação hora por hora.

Assembleia Geral

**13 de julho, terça, às 14 horas,
na entrada do TRT na Capital**